



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Últimos
0,52% São Paulo 0,09% Nova York	169.649 171.258 18/619/622/623/6	R\$ 5,187 (+0,89%)	17/junho5,107 18/junho5,175 19/junho5,164 22 de junho5,141
Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)
R\$ 1.621	R\$ 5,902	14,15%	14,15%
Inflação IPCA do IBGE (em %)			
Dezembro/20250,33 Janeiro/20260,33 Fevereiro/20260,70 Março/20260,88 Abril/20260,67			

NOVO ESCÂNDALO

Master já tem um clone: Digimais

Operação apura supostas fraudes contábeis e crimes contra o sistema financeiro. Para a PF, banco de Edir Macedo adotou práticas semelhantes às de Daniel Vorcaro

» ALÍCIA BERNARDES
» RAPHAEL PATI

A Operação Miragem, deflagrada ontem pela Polícia Federal, colocou o Banco Digimais no centro de uma investigação sobre supostas fraudes financeiras, manipulação de demonstrativos contábeis e irregularidades na gestão da instituição. Controlado pelo líder religioso Edir Macedo, o banco é apontado pelos investigadores como parte de um esquema que teria ocultado sua real situação financeira por meio da alteração de registros regulatórios e contábeis. Ao todo, mais de 50 agentes cumpriram nove mandados de busca e apreensão em São Paulo, além de medidas de bloqueio e sequestro de bens que ultrapassam R\$ 670 milhões.

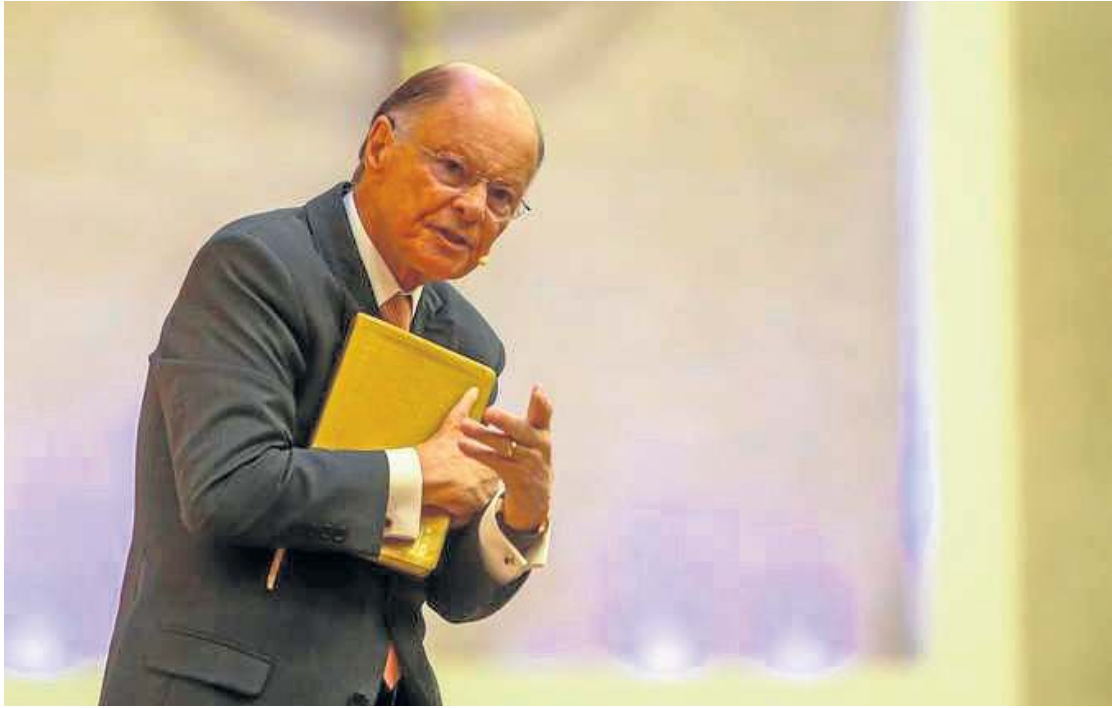
Segundo a Polícia Federal, o Digimais teria manipulado demonstrativos financeiros para transmitir uma aparência de solvência incompatível com sua situação patrimonial. Os investigados poderão responder por crimes como gestão fraudulenta, inserção de dados falsos em documentos contábeis e realização de operações de crédito vedadas pela legislação. Entre os alvos das buscas estão executivos, administradores e empresas ligadas ao grupo, além do próprio banco e da ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Na representação encaminhada à Justiça Federal, a PF sustenta que o Digimais reproduziu um modelo operacional semelhante ao atribuído ao Banco Master, marcado pela captação agressiva de recursos por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com rentabilidades acima das praticadas pelo mercado. Para os investigadores, a estratégia se apoiava na proteção oferecida pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), atraindo investidores enquanto riscos e passivos eram ocultados nos balanços da instituição.

A investigação também destaca que o Digimais mantinha cerca de R\$ 600 milhões em carteiras de direitos creditórios vinculadas ao Master. Cita, ainda, a tentativa de Maurício Quadrado, ex-sócio e responsável pela área de investment banking do Banco Master, de adquirir o controle acionário do Digimais em janeiro de 2025 como um dos elementos que reforçam as conexões entre as duas instituições.

Além do bloqueio patrimonial, a Justiça Federal de São Paulo autorizou a quebra do sigilo fiscal de

Reprodução/ Facebook



Edir Macedo, controlador do banco Digimais: tentativa de vender participação ao Master em 2025

18 pessoas físicas e jurídicas, enquanto a PF prossegue na análise dos documentos apreendidos para dimensionar a extensão das supostas irregularidades.

FGC preservado

Assim como o banco de Daniel Vorcaro, o Digimais procurava apresentar uma maquiagem contábil e financeira para manter suas operações. O advogado Berlinque Cantelmo, no entanto, explica que ainda há uma diferença jurídica fundamental: o Master foi formalmente liquidado, enquanto o Digimais permanece, até agora, sob investigação.

Esse é um ponto importante pois, por enquanto, a situação do Digimais não afeta o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). “O impacto sobre o FGC só poderá ser dimensionado caso o Banco Central conclua pela inviabilidade da instituição e identifique o volume real de depósitos e investimentos cobertos”, avalia Cantelmo.

A suspensão de recursos não impacta o FGC porque a reserva mantida pelos bancos não realiza indenizações decorrentes apenas de bloqueios judiciais ou de investigações policiais em andamento, como explica o professor de economia do Ibmec Brasília Renan Silva.

“Nesse caso, o fundo só é ativado se o Banco Central decretar formalmente a intervenção ou a liquidação extrajudicial da instituição

financeira”, destaca. Caso a liquidação for decretada no futuro, o FGC garantirá até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ para depósitos em conta corrente, poupança e investimentos como CDB, RDB, LCI e LCA (títulos bancários).

No último mês de abril, o BTG Pactual entrou com um pedido junto ao Banco Central para adquirir a instituição de Edir Macedo. A análise da transação, no entanto, ainda está paralisada e depende de uma injeção de capital do FGC, o que é tratado como improvável de acontecer. Segundo fontes próximas ao assunto, as condições exigidas pelo BC não foram cumpridas, o que travou o acordo.

Por conta disso, a chance de a aquisição ser concretizada diminui significativamente com a operação da PF. O professor de economia do Ibmec, no entanto, acredita que esse acordo poderia ser feito de outra maneira para evitar desgaste a ambas as partes. “O desfecho pode migrar para uma transferência de controle integral ou saneamento privado, caso a transação ainda avance sob o crivo do Banco Central e do Cade”, avalia Silva.

Mudanças societárias

A investigação conduzida pela Polícia Federal também chama atenção para a trajetória do Digimais, instituição criada em 1981, em Porto Alegre, com o nome de Banco Renner. Fundado pela família

Renner, o banco passou por diferentes mudanças societárias ao longo das décadas até ser reestruturado em 2020, quando adotou a marca Digimais e passou a atuar com foco em serviços financeiros digitais. Naquele mesmo ano, Edir Macedo adquiriu o controle integral da instituição, consolidando uma participação que mantinha desde 2009, quando se tornou acionista minoritário.

Nos últimos anos, o banco passou por sucessivas tentativas de reestruturação. Em janeiro de 2025, Macedo acertou a venda do controle da instituição ao empresário Maurício Quadrado, ex-sócio e responsável pela área de investment banking do Banco Master. A transação chegou a receber aval do Cade e seria conduzida pela holding que posteriormente passou a se chamar BlueBank. O negócio, porém, não foi concluído após a desistência dos compradores, que alegaram deterioração das condições de mercado e dificuldades relacionadas à documentação exigida pelo Banco Central.

Ainda em meio ao processo de reorganização, o Digimais anunciou, em dezembro de 2025, a chegada de Aldemir Bendine para a presidência da instituição. Ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, o executivo assumiu a missão de ampliar a atuação do banco e fortalecer sua presença no sistema financeiro. A nomeação foi homologada pelo Banco Central e ocorreu em um momento de busca por maior credibilidade e expansão dos negócios.

Clientes podem realizar operações

O sequestro e bloqueio de R\$ 670 milhões do Banco Digimais não impede que clientes efetuem saques, transações ou outras funcionalidades da instituição. Ao contrário de outros bancos e fintechs que recentemente foram liquidados pelo Banco Central no Caso Master, desta vez a medida mantém as operações do banco normalmente.

O bloqueio é uma medida cautelar destinada a preservar o patrimônio do Digimais e não significa,

por si só, que os recursos de todos os clientes estejam congelados, como explica Berlinque Cantelmo, advogado especialista em ciências criminais e sócio do RCA Advogados. Ele esclarece que, a partir de agora, cabe ao Banco Central avaliar se a instituição possui liquidez, capital e ativos suficientes para continuar em funcionamento.

Cantelmo acredita que a liquidação é uma possibilidade de no cenário mais grave, mas não é consequência automática

da investigação. “Ainda podem existir alternativas como aporte de capital, venda da instituição, restrições operacionais ou reorganização dos ativos”, destaca o especialista.

Por outro lado, a operação pode causar efeitos de liquidez ao banco de Edir Macedo e, consequentemente, afetar a integridade do banco a longo prazo, como explica Fábio Souto, especialista em direito penal econômico. Segundo ele, se forem confirmadas

as suspeitas de ocultação do estado financeiro da empresa, a liquidação seria o caminho inevitável.

“(Caso a situação do Digimais se agrave), os clientes podem enfrentar limitações severas em suas contas devido ao sequestro dos valores e das investigações em curso, inclusive com a possibilidade de não conseguirem resgatar valores. Além disso, haverá incerteza se a instituição terá recursos para arc com suas obrigações com os correntistas”, projeta Souto.

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC PARTICIPA DOS DEBATES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA OIT SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela tecnologia e por novas formas de contratação, estiveram no centro da 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em Genebra, na Suíça, debate acompanhado de perto pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Realizado de 1º a 12 de junho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o encontro envolveu mais de 5 mil representantes de governos, trabalhadores e empregadores de 187 países, consolidando-se como o principal fórum internacional de discussão sobre normas e tendências do mercado de trabalho. Integrante da bancada dos empregadores na delegação brasileira, a CNC

teve participação ativa ao longo da conferência, acompanhando negociações e contribuindo com posicionamentos técnicos em pautas estratégicas para o setor de comércio de bens, serviços e turismo.

Entre os principais temas, estiveram o avanço da economia de plataformas, o fortalecimento do diálogo social, a promoção da igualdade de gênero e os impactos das novas tecnologias nas relações laborais.

Um dos principais resultados da CIT deste ano foi a conclusão da Convenção nº 193 da OIT, voltada à promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais. É o primeiro instrumento da organização voltado especificamente ao trabalho intermediado por plataformas digitais.



Delegação da CNC: encontro reuniu representantes de 187 países

NOVA EDIÇÃO DO PROJETO SONORA BRASIL REAFIRMA O COMPROMISSO DO SESC COM A CULTURA NACIONAL

Sonora Brasil, um dos principais projetos de circulação musical do País, traz em sua 28ª edição o tema Reverberações Afro e Indígenas, com a proposta de apresentar ao público sonoridades presentes em diferentes territórios. O lançamento do projeto aconteceu em Santarém, no Pará, com uma programação que combinou shows, atividades culturais e ações formativas.

Participam dessa edição o músico indígena pernambucano Gean Ramos Pankararu, com seu trabalho que conecta ancestralidades indígena e negra; o coletivo Suraras do Tapajós, do Pará, com um carimbó protagonizado por mulheres indígenas do Baixo Tapa-

jós; o Cabokaji, da Bahia, com o show Salvaguarda; e o grupo Nderé Oblé (RS), com o espetáculo Ancestral-Futuro, que reúne canções autorais e poesia.

Ao longo do ano, eles percorrerão 42 cidades em 15 estados, com 130 apresentações e 30 ações formativas. Promovido desde 1998, o Sonora Brasil valoriza, preserva e difunde o patrimônio cultural brasileiro, com programações musicais de alta qualidade, de diferentes regiões do País.

A nova edição reforça o compromisso do Sesc em promover encontros culturais capazes de fortalecer a multiplicidade de vozes que constituem o Brasil contemporâneo.



O coletivo Suraras do Tapajós, do Pará, no lançamento do projeto

SENAC ADERE AO PACTO CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA INTEGRIDADE PROMOVIDO PELO INSTITUTO ETHOS

O Departamento Nacional do Senac (DN) é o mais novo signatário do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção promovido pelo Instituto Ethos. A iniciativa é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas para promover um mercado mais íntegro e reduzir as diferentes práticas de corrupção.

A instituição se compromete a divulgar leis brasileiras anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, vedar qualquer forma de suborno e garantir a transparência de suas informações.

Os participantes do pacto assumem o compromisso de proibir o uso de meios imorais ou antiéticos nos

relacionamentos com agentes públicos, além de apoiar apurações ou investigações sobre suspeitas de irregularidades, violação de leis ou de princípios éticos.

Além disso, todo ano, o DN deverá preencher o Guia temático de integridade, prevenção e combate à corrupção, uma ferramenta de monitoramento que ajuda a medir a adesão das empresas ao pacto. O guia também pode ser usado para gerar relatórios individuais orientadores da evolução e oferecer subsídios para o aprimoramento de práticas de integridade.

Fundado em 1998, o Instituto Ethos é uma organização da sociedade civil criada para ajudar as empresas a ter uma gestão sustentável e socialmente responsável.